



Administração Pública e Gestão Social
ISSN: 2175-5787
apgs@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa
Brasil

Editorial

Brunozi Junior, Antonio Carlos

Editorial

Administração Pública e Gestão Social, vol. 14, núm. 1, 2022

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351569604011>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivar 4.0 Internacional.

Editorial

Antonio Carlos Brunozi Junior
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
acbrunozi@yahoo.com.br

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351569604011>

EDITORIAL 2022, JANEIRO

A APGS inicia o ano de 2022, com a publicação de sua nova edição, composta por nove artigos científicos inéditos e relevantes para a área de Administração Pública, e mais um caso de ensino que pode auxiliar a docentes e discentes na discussão e proposição de soluções aos problemas públicos. Neste volume 14, número 1, os trabalhos publicados abordam temas relacionados a filantropia e desenvolvimento territorial, a mídias sociais e policiamento, corrupção, dimensões relacionais em políticas públicas, coprodução, eficiência, identificação e cultura organizacional, assédio moral, emoções na prática gerencial, e valor público e accountability.

A seguir, detalho brevemente os trabalhos publicados nesta edição:

O primeiro artigo é intitulado “The Relation Between Corporate Philanthropy and Territorial Development in Brazil: Mapping the Corporate Social Managers’ Perspectives” dos autores Livia Menezes Pagotto, Mariana Xavier Nicolletti e Mario Monzoni. Neste estudo, detalhou-se a relação entre a filantropia empresarial e a abordagem de desenvolvimento territorial aplicada ao investimento social corporativo no Brasil, pela perspectiva dos gestores sociais corporativos. Nos resultados, a partir da coleta de dados com 13 gestores sociais, três perspectivas dos entrevistados foram levantadas e conferem sentido ao papel do investimento social corporativo na promoção do desenvolvimento territorial: (i) capacidades institucionais e participação social; (ii) alinhamento do investimento social corporativo às políticas públicas, e (iii) valor compartilhado e licença social para operar.

O segundo artigo é de título “O Emprego das Mídias Sociais no Policiamento: Um Estudo sob a Lente da Prática” das autoras Mirian Assumpção e Lima, e Maria Alexandra Cunha. Houve nesta investigação a apresentação da forma e com que finalidade as mídias sociais são empregadas no policiamento sob a lente da prática. A partir de um estudo de caso construtivista instrumental, nos resultados percebeu-se que as mídias sociais são empregadas no policiamento como fonte aberta de dados. Quanto a finalidade, são empregadas na comunicação institucional, para fortalecimento da imagem e na comunicação interna para agilizar os fluxos informativos.

O terceiro artigo tem o título “Propensity to Corrupt Decisions of Pre-Candidates to the 2020 Brazilian Municipal Elections” dos autores Ivanete Schneider Hahn, Eliane Schleder Cezar Bonatti e Anderson Antônio Mattos Martins. Analisou-se a propensão para decisões corruptas, considerando os pré-candidatos à prefeito(a) e vereador(a), utilizando como recorte de análise as eleições municipais 2020. Com uma amostra de 115 pré-candidatos, com dados coletados por uma Survey, os autores constataram as seguintes percepções: baixa propensão a tomada de decisão antiética, alto autocontrole individual, identidade moral alta, culpabilidade baixa e baixa propensão ao desengajamento moral; existe uma associação significativa e positiva entre as variáveis de autocontrole individual com culpabilidade, desengajamento moral, e a identidade moral mostra-se associada positivamente ao desengajamento moral, já o desengajamento moral positivamente com a variável de possuir cargo eletivo anterior ou não.

O quarto artigo é intitulado de “Dinâmicas Relacionais na Implementação de Políticas Públicas: Análise do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades” dos autores Fillipe Maciel Euclides, Suely de Fátima

Ramos Silveira, Ana Paula Teixeira de Campos e Bruno Tavares. Nele investigou-se a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, em Conselheiro Lafaiete-MG, a partir das interações que emergem deste processo. Com uma coleta primária de dados, foi percebido como as alterações nas naturezas das relações e a reconfigurações das redes foram condicionadas a aspectos do ambiente no qual a política pública é implementada.

O quinto artigo é “Motivação para coprodução do bem público: proposta de uma escala” dos autores Joacil Carlos Viana Bezerra, Carlos Eduardo Cavalcante e Antônio Gouveia Júnior. O estudo teve como objetivo a construção de uma escala para mensurar os aspectos que motivam o cidadão a participar na coprodução do bem público (CBP), por meio das organizações da sociedade civil (OSC). A escala é composta por 4 dimensões e 12 itens, sendo gerada a partir de 174 questionários. Os resultados apontam, entre outras coisas: o cidadão acredita que sua participação na CBP melhora os serviços ofertados à sociedade; ele está mais disposto a coproduzir em atividades que beneficiam à comunidade onde reside; e participam porque veem outras pessoas participando.

O sexto artigo é intitulado “Eficiência e Produtividade dos Gastos, Ações e Serviços de Saúde nos Municípios Mais Populosos do Ceará no Contexto da EC 95/2016” dos autores Antônio Rafael Valério de Oliveira, Samuel Cavalcante Mota e Alessandra Carvalho de Vasconcelos. Houve a análise da eficiência e da produtividade dos gastos, ações e serviços de saúde nos municípios mais populosos do Ceará antes e depois da EC 95/2016. Verificou-se que depois da vigência da EC 95/2016 há maior quantidade de municípios eficientes e com maiores escores de eficiência, não sendo identificado correlação entre a eficiência e os indicadores PIB per capita e IEGM_Saúde. Ademais, houve aumento na produtividade total dos municípios nos anos depois da EC.

O sétimo artigo é “Identificação Organizacional Cooperativa: a influência de um Novo Construto sobre o Clima Organizacional” dos autores Márcia Helena dos Santos Bento, Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga, Jaime Peixoto Stecca e Vânia de Fátima Barros Estivalet. Analisou-se a influência da identificação organizacional cooperativa sobre o clima organizacional. Com uma Survey a partir de uma escala de Identificação Organizacional construída especificamente para as cooperativas juntamente com uma escala reduzida de clima organizacional adaptada transculturalmente para as cooperativas, revelou-se que o construto “Ajuste ao Grupo” é o que mais influencia o Clima Organizacional. Ademais, os resultados finais do modelo demonstraram que o Clima Organizacional é 83,7% explicado por seus aspectos Afetivo, Cognitivo e Instrumental.

O oitavo é o artigo intitulado “Assédio Moral na Pós-Graduação: Práticas e Elementos Culturais Propiciadores” do autor Thiago Soares Nunes. Nele caracterizou-se os elementos presentes na cultura da Pós-Graduação identificados como favoráveis à ocorrência do assédio moral, tendo como base os discursos de docentes e discentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação stricto sensu de uma Universidade Pública. Constatou-se que os participantes acreditam que a cultura da Pós-Graduação pode influenciar a manifestação do assédio moral. Desta forma, mediante constatação de suas verbalizações, foram identificados elementos que favorecem sua ocorrência: impunidade; questões grupais; cobranças e pressões; produtividade; competitividade e vaidade.

O último artigo da edição tem o título “Indicador de Valor público e sua relação com a accountability” dos autores Andreia de Oliveira Santos, Hudson Fernandes Amaral e Wendel Alex Castro Silva. Houve a proposição de um indicador de valor público e sua relação com a accountability. Um maior indicador de valor público é quando existem mais serviços públicos em itens de educação, vulnerabilidade, trabalho, saúde e condições habitacionais e saneamento básico. E esse indicador se relacionou com a accountability, na dimensão de orçamento participativo.

Por sua vez, também apresento o caso de ensino. Ele é intitulado “SER OU NÃO SER — EIS A GESTÃO: as emoções na prática gerencial” dos autores José Wilker de Lucena Macedo e Anielson Barbosa da Silva. O

caso tem o objetivo de refletir sobre as emoções básicas e os efeitos negativos da dissonância emocional e da ausência de estratégias de regulação emocional na vida familiar e no trabalho.

Espero que aproveitem a leitura dos trabalhos e que tenhamos um ano regado de saúde e novas descobertas científicas.

Antônio Brunozi, Editor Chefe.